

Gestão 2016-2018

Procurador-Geral de Justiça
Paulo Cezar dos Passos
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico
Humberto de Matos Brittes
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa
Nilza Gomes da Silva
Procurador-Geral Adjunto de Justiça de Gestão e Planejamento Institucional
Olavo Monteiro Mascarenhas
Corregedor-Geral do Ministério Público
Marcos Antonio Martins Sottoriva
Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público
Aroldo José de Lima
Ouvidor do Ministério Público
Silasneiton Gonçalves

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

Procurador de Justiça <i>Sérgio Luiz Morelli</i>	Procurador de Justiça <i>Marcos Antonio Martins Sottoriva</i>
Procurador de Justiça <i>Mauri Valentim Riciotti</i>	Procuradora de Justiça <i>Esther Sousa de Oliveira</i>
Procurador de Justiça <i>Hudson Shiguer Kinashi</i>	Procurador de Justiça <i>Aroldo José de Lima</i>
Procurador de Justiça <i>Olavo Monteiro Mascarenhas</i>	Procurador de Justiça <i>Adhemar Mombrum de Carvalho Neto</i>
Procuradora de Justiça <i>Irma Vieira de Santana e Anzoategui</i>	Procurador de Justiça <i>Gerardo Eriberto de Moraes</i>
Procuradora de Justiça <i>Nilza Gomes da Silva</i>	Procurador de Justiça <i>Luis Alberto Safrader</i>
Procurador de Justiça <i>Silvio Cesar Maluf</i>	Procuradora de Justiça <i>Sara Francisco Silva</i>
Procurador de Justiça <i>Antonio Siufi Neto</i>	Procuradora de Justiça <i>Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya</i>
Procurador de Justiça <i>Evaldo Borges Rodrigues da Costa</i>	Procuradora de Justiça <i>Mara Cristiane Crisóstomo Bravo</i>
Procuradora de Justiça <i>Marigô Regina Bittar Bezerra</i>	Procurador de Justiça <i>Helton Fonseca Bernardes</i>
Procurador de Justiça <i>Belmires Soles Ribeiro</i>	Procurador de Justiça <i>Gilberto Robalinho da Silva</i>
Procurador de Justiça <i>Humberto de Matos Brittes</i>	Procurador de Justiça <i>Paulo Cezar dos Passos</i>
Procurador de Justiça <i>Miguel Vieira da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Jaceguara Dantas da Silva</i>
Procurador de Justiça <i>João Albino Cardoso Filho</i>	Procurador de Justiça <i>Rodrigo Jacobina Stephanini</i>
Procuradora de Justiça <i>Lucienne Reis D'Ávila</i>	Procurador de Justiça <i>Silasneiton Gonçalves</i>
Procuradora de Justiça <i>Ariadne de Fátima Cantú da Silva</i>	Procurador de Justiça <i>Sérgio Fernando Raimundo Harfouche</i>
Procurador de Justiça <i>Francisco Neves Júnior</i>	Procurador de Justiça <i>Alexandre Lima Raslan</i>
Procurador de Justiça <i>Edgar Roberto Lemos de Miranda</i>	

EXPEDIENTE EXTERNO:

De 2ª à 6ª feira, das 08 às 11 e 13 às 18 horas.

DISQUE DENÚNCIA

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais

(67) 3318-2091 e-mail: caocrim@mpms.mp.br

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Constitucionais do Cidadão e dos

Direitos Humanos

(67) 3318-2160 e-mail: caopjdcc@mpms.mp.br

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**PORTARIA Nº 157/2018-PGJ, DE 16.1.2018**

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº 4306/2017-PGJ, de 13.12.2017, na parte que escalou as férias do Promotor de Justiça Moisés Casarotto, de forma que, onde consta: Período de Conversão – 1º a 10.2.2018; passe a constar: Período de Conversão – 24.1 a 2.2.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 158/2018-PGJ, DE 16.1.2018

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Moisés Casarotto 5 (cinco) dias de férias compensatórias, referentes ao feriado forense de 20 de dezembro de 2013 a 6 de janeiro de 2014, a serem usufruídos no período de 5 a 9 de fevereiro de 2018, nos termos dos artigos 139, inciso I, e 140, § 3º, ambos da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, com a redação dada pela Lei Complementar nº 173, de 14 de maio de 2013.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 160/2018-PGJ, DE 16.1.2018

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Suspender, por necessidade de serviço, no período de 8 a 14.1.2018 e nos dias 16 e 17.1.2018, as férias individuais da Promotora de Justiça Fabrícia Barbosa Lima, concedidas pela Portaria nº 4306/2017-PGJ, de 13.12.2017.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 161/2018-PGJ, DE 16.1.2018

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o 16º Promotor de Justiça da comarca de Dourados, Ricardo Rotunno, para, sem prejuízo de suas funções, officiar nos autos do Inquérito Civil nº 90/2013 e do Procedimento Investigatório Criminal nº 06.2017.00001663-6, em trâmite na 10ª Promotoria de Justiça da referida Comarca.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 162/2018-PGJ, DE 16.1.2018

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder aos Promotores de Justiça abaixo relacionados compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão, nos termos dos artigos 3º e 6º da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015:

PROMOTOR DE JUSTIÇA	PLANTÃO	DIAS DE GOZO
Clarissa Carlotto Torres	27 e 28.10.2014	15 e 16.2.2018
Estéfano Rocha Rodrigues da Silva	31.8, 20 e 21.9, 8 e 9.11.2014	12 a 16.3.2018
	11.7.2015	16.1.2018
Lia Paim Lima	12.7 e 1º.8.2015	15 e 16.2.2018
	2.8, 19 e 20.9.2015	28 a 30.5.2018
Moisés Casarotto	1º e 2.8.2015	15 e 16.2.2018
Renzo Siufi	19 e 20.4.2014	8 e 9.2.2018
Rodrigo Cintra Franco	20.7, 18 e 19.10.2014	24 a 26.1.2018
Talita Zoccolaro Papa Muritiba	20 e 21.6.2014	15 e 16.2.2018

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 165/2018-PGJ, DE 16.1.2018

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder às Promotoras de Justiça abaixo relacionadas férias remanescentes, nos termos dos artigos 139, inciso I, e 140, ambos da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, conforme segue:

PROMOTORA DE JUSTIÇA	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO
Clarissa Carlotto Torres	2010/2011	9.2.2018
Lia Paim Lima	2016/2017	21 a 25.5.2018

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 166/2018-PGJ, DE 16.1.2018

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “h” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E:

Indicar ao Procurador Regional Eleitoral os membros do Ministério Público Estadual abaixo nominados, para, sem prejuízo de suas funções, atuarem perante as seguintes Zonas Eleitorais, em razão de ausência dos titulares, conforme o quadro a seguir:

ZE	PROMOTOR DE JUSTIÇA	PERÍODO	MOTIVO	TITULAR
10ª	Antenor Ferreira de Rezende Neto	8 a 27.1.2018	Férias	José Maurício de Albuquerque
52ª	Patricia Icassati Almirão	8 a 27.1.2018	Férias	Magno Oliveira João

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 168/2018-PGJ, DE 16.1.2018

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº 036/2018-PGJ, de 8.1.2018, na parte que indicou o Promotor de Justiça Izonildo Gonçalves de Assunção Junior para, sem prejuízo de suas funções, responder pela Supervisão das Promotorias de Justiça Cíveis e Especializadas da comarca de Dourados, de forma que, onde consta: PERÍODO – 8 a 27.1.2018; passe a constar: PERÍODO – 8 a 12.1.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 179/2018-PGJ, DE 16.1.2018

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Revogar, a partir de 9.1.2018, a Portaria nº 4421/2017-PGJ, de 19.12.2017, na parte que indicou o Promotor de Justiça Gevair Ferreira Lima Junior para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 3ª Vara do Juizado Especial Central Virtual da comarca de Campo Grande.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 180/2018-PGJ, DE 16.1.2018

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar os Promotores de Justiça abaixo nominados para, sem prejuízo de suas funções, atuarem perante a Turma Recursal, a Supervisão e os Juizados Especiais constantes dos quadros a seguir, em razão de ausência dos titulares, pelos seguintes motivos:

1) Férias:

PROMOTOR DE JUSTIÇA	PERÍODO	TURMA RECURSAL / SUPERVISÃO / JUIZADOS	TITULAR
Mariana Sleiman Gomes	29.1 a 7.2.2018	1ª Turma Recursal Mista da comarca de Campo Grande	Renzo Siufi
Anthony Allison Brandão Santos	31.1 a 9.2.2018	Supervisão das Promotorias de Justiça Criminais da comarca de Corumbá	Rodrigo Correa Amaro
Gilberto Carlos Altheman Júnior	29.1 a 7.2.2018	Juizado Especial Adjunto da comarca de Iguatemi	Thiago Barbosa da Silva
Gisleine Dal Bó	29.1 a 2.2.2018	Juizado Especial Adjunto da comarca de Ponta Porã	Gabriel da Costa Rodrigues Alves

2) Compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão:

PROMOTOR DE JUSTIÇA	PERÍODO	TURMA RECURSAL	TITULAR
Mariana Sleiman Gomes	8 e 9.2.2018	1ª Turma Recursal Mista da comarca de Campo Grande	Renzo Siufi

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 181/2018-PGJ, DE 16.1.2018

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar a 26ª Promotora de Justiça de Campo Grande, Luz Marina Borges Maciel Pinheiro, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a 3ª Vara do Juizado Especial Central Virtual da referida Comarca, pelo período de 1 (um) ano, a partir de 5.2.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 182/2018-PGJ, DE 16.1.2018

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o 5º Promotor de Justiça de Dourados, Claudio Rogerio Ferreira Gomes, para, sem prejuízo de suas funções, exercer a função de Supervisor das Promotorias de Justiça Criminais da referida Comarca, a partir de 7.2.2018, pelo período de 1 (um) ano.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 183/2018-PGJ, DE 16.1.2018

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XII, alínea “h”, do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indicar ao Procurador Regional Eleitoral o Promotor de Justiça Juliano Albuquerque, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a 18ª Zona Eleitoral, a partir de 21.2.2018, pelo período de 2 (dois) anos.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 184/2018-PGJ, DE 16.1.2018

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “h” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indicar ao Procurador Regional Eleitoral o Promotor de Justiça Substituto Mateus Sleiman Castriani Quirino, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a 49ª Zona Eleitoral, a partir de 22.1.2018, pelo período de 2 (dois) anos; e revogar, a partir da referida data, a Portaria nº 4212/2017-PGJ, de 5.12.2017, que designou a Promotora de Justiça Angelica de Andrade Arruda.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 163/2018-PGJ, DE 16.1.2018

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso X do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Nomear Bianca Lopes Ascensão para exercer o cargo em comissão de Assessor Jurídico, símbolo MPAS-206, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, em vaga prevista no Anexo VI da Lei nº 4.134, de 6 de dezembro de 2011.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 164/2018-PGJ, DE 16.1.2018

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso X do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Exonerar, a pedido, a partir de 17.1.2018, do cargo em comissão de Assessor Jurídico, símbolo MPAS-206, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, o servidor Carlos Edoardo Novoa Borges de Barros Reis, nos termos do inciso II do artigo 57 da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 169/2018-PGJ, DE 16.1.2018

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso X do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Exonerar, a pedido, a partir de 8.1.2018, do cargo em comissão de Assessor Jurídico, símbolo MPAS-206, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, o servidor Savio Araujo de Lemos Silva, nos termos do inciso II do artigo 57 da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 170/2018-PGJ, DE 16.1.2018

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XI do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Declarar vago, a partir de 8 de janeiro de 2018, o cargo de Técnico II, área de atividade Administrativa, símbolo MPTE-202, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, ocupado por Guaraci Mendes da Silva, em virtude de sua posse em outro cargo inacumulável, nos termos do artigo 56, inciso VI, da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.157, de 26 de outubro de 2000 (Processo PGJ/10/0044/2018).

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA Nº 116/2018-PGJ, DE 12.1.2018

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº 4320/2017-PGJ, de 14.12.2017, na parte que concedeu férias remanescentes ao Promotor de Justiça Rodrigo Correa Amaro, de forma que, onde consta:

PROMOTOR DE JUSTIÇA	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO
Rodrigo Correa Amaro	2013/2014	31.1 a 9.2.2018 19 a 28.3.2018

Passe a constar:

PROMOTOR DE JUSTIÇA	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO
Rodrigo Correa Amaro	2015/2016 2013/2014	31.1 a 9.2.2018 19 a 28.3.2018

PAULO CEZAR DOS PASSOS
Procurador-Geral de Justiça

PROCURADORIA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA

PORTARIA Nº 140/2018-PGJ, DE 15.1.2018

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº 1550/2017-PGJ, de 11.5.2017, com a redação dada pela Portaria nº 4030/2017-PGJ, de 22.11.2017, na parte que concedeu férias regulamentares à servidora Vanessa Rosa Machado Bigolin, de forma que, onde consta: 2º Período – 15 a 29.1.2018, passe a constar: 2º Período – 22.1 a 5.2.2018.

NILZA GOMES DA SILVA
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

PORTARIA Nº 141/2018-PGJ, DE 15.1.2018

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº 4132/2017-PGJ, de 29.11.2017, que estabeleceu a escala anual de férias dos servidores do Quadro do Ministério Público Estadual, de forma que, onde consta:

NOME	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Adauton Tamiozzo de Oliveira	2016/2017	2 a 31.7.2018			

Passe a constar:

NOME	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Adauton Tamiozzo de Oliveira	2016/2017	2 a 11.5.2018	12 a 31.7.2018		

NILZA GOMES DA SILVA
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

PORTARIA Nº 142/2018-PGJ, DE 15.1.2018

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº 3496/2017-PGJ, de 10.10.2017, na parte que concedeu férias regulamentares à servidora Raphaela Gonsales Gomes Gheno, de forma que, onde consta: 2º Período – 1º a 10.3.2018, passe a constar: 2º Período – 10 a 19.1.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

PORTARIA Nº 143/2018-PGJ, DE 15.1.2018

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº 1800/2017-PGJ, de 2.6.2017, com a redação dada pela Portaria nº 3392/2017-PGJ, de 3.10.2017, que concedeu férias aos servidores do Quadro do Ministério Público Estadual, de forma que, onde consta:

NOME	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Fernando da Silva Dellamura	2016/2017	21.2 a 2.3.2018	20 a 29.6.2018		17 a 26.7.2017

Passe a constar:

NOME	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Fernando da Silva Dellamura	2016/2017	15 a 24.2.2018	11 a 20.6.2018		17 a 26.7.2017

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

PORTARIA Nº 144/2018-PGJ, DE 15.1.2018

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº 4132/2017-PGJ, de 29.11.2017, na parte que concedeu férias remanescentes ao servidor Felipe Jeronymo de Oliveira Ribeiro, de forma que, onde consta: Período de Gozo – 4 a 17.6.2018, passe a constar: Período de Gozo – 9 a 22.4.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

PORTARIA Nº 145/2018-PGJ, DE 15.1.2018

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº 4132/2017-PGJ, de 29.11.2017, na parte que concedeu férias remanescentes à servidora Andreia Daiane Vargas, de forma que, onde consta: Período de Gozo – 18.1 a 1º.2.2018, passe a constar: Período de Gozo – 22.1 a 5.2.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

PORTARIA Nº 147/2018-PGJ, DE 15.1.2018

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº 4132/2017-PGJ, de 29.11.2017, na parte que concedeu férias regulamentares à servidora Fernanda Aparecida Astolphi Ribeiro, de forma que, onde consta: 1º Período – 4 a 13.6.2018, passe a constar: 1º Período – 11 a 20.4.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

PORTARIA Nº 148/2018-PGJ, DE 15.1.2018

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº 2528/2017-PGJ, de 2.8.2017, na parte que concedeu férias regulamentares à servidora Gláuce Jardim Bezerra, de forma que, onde consta: 2º Período – 31.1 a 9.2.2018, passe a constar: 2º Período – 19 a 28.2.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

PORTARIA Nº 149/2018-PGJ, DE 15.1.2018

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº 4132/2017-PGJ, de 29.11.2017, que estabeleceu a escala anual de férias dos servidores do Quadro do Ministério Público Estadual, de forma que, onde consta:

NOME	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Eliene Marta Breguedo do Nascimento Machado	2014/2015	15.1 a 3.2.2018			5 a 14.2.2018

Passe a constar:

NOME	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
		1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Eliene Marta Breguedo do Nascimento Machado	2014/2015	24.1 a 2.2.2018	11 a 20.4.2018		5 a 14.2.2018

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

PORTARIA Nº 150/2018-PGJ, DE 15.1.2018

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Interromper, por necessidade de serviço, a partir de 22.1.2018, as férias da servidora Eveline Nilce Crisóstomo Ribeiro Flores, concedidas por meio da Portaria nº 4132/2017-PGJ, de 29.11.2017, nos termos do artigo 11 da Resolução nº 6/2017-PGJ, de 7.4.2017, a serem usufruídas no período de 6 a 21.8.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

PORTARIA Nº 151/2018-PGJ, DE 15.1.2018

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Interromper, por necessidade de serviço, a partir de 8.1.2018, as férias do servidor Rodrigo Ribeiro Mota, concedidas por meio da Portaria nº 3913/2017-PGJ, de 14.11.2017, nos termos do artigo 11 da Resolução nº 6/2017-PGJ, de 7.4.2017, a serem usufruídas no período de 16 a 20.4.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

PORTARIA Nº 152/2018-PGJ, DE 15.1.2018

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Suspender as férias concedidas à servidora Giovanna Bergamo Gomes Morelli, por meio da Portaria nº 3019/2017-PGJ, de 11.9.2017, que seriam usufruídas no dia 10.10.2017, a serem usufruídas no dia 9.10.2018, em razão de licença-casamento, nos termos do artigo 10, inciso II, da Resolução nº 6/2017-PGJ, de 7.4.2017.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

PORTARIA Nº 153/2018-PGJ, DE 15.1.2018

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Suspender as férias concedidas ao servidor Uendel Roger Galvão Monteiro, por meio da Portaria nº 3019/2017-PGJ, de 11.9.2017, que seriam usufruídas no período de 16 a 25.10.2017, a serem usufruídas no período de 19 a 28.2.2018, em razão de necessidade de serviço, nos termos do artigo 10, inciso VIII, da Resolução nº 6/2017-PGJ, de 7.4.2017.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

PORTARIA Nº 171/2018-PGJ, DE 16.1.2018

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso IX, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Designar o servidor Diego Vinícius Queiroz Silva, ocupante do cargo efetivo de Técnico II, símbolo MPTE-202, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotado nas Promotorias de Justiça de Cassilândia e designado para prestar serviços na 2ª Promotoria de Justiça, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços na 1ª Promotoria de Justiça da referida Comarca, no período de 8.1 a 6.2.2018, em razão de férias do servidor *Pedro Borges de Souza*.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

PORTARIA Nº 172/2018-PGJ, DE 16.1.2018

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso IX, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Designar o servidor Gabriel Damião Amaral Silveira, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, para, sem prejuízo de suas funções, exercer, em substituição, a Função de Confiança – FC5, símbolo MPFC-305, no período de 8 a 17.1.2018, em razão de férias da servidora *Alessandra Katiucha da Silva Cavassa*.

NILZA GOMES DA SILVA
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

PORTARIA Nº 173/2018-PGJ, DE 16.1.2018

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso IX, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Designar o servidor Carlos Henrique Saldanha Guasso, ocupante do cargo em comissão de Assessor Jurídico, símbolo MPAS-206, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços na 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Coxim, no período de 10 a 19.1.2018, em razão de férias da servidora *Raphaella Gonsales Gomes Gheno*.

NILZA GOMES DA SILVA
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

PORTARIA Nº 174/2018-PGJ, DE 16.1.2018

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso IX, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Designar as servidoras Silvia Helena Schiavi de Carvalho, ocupante do cargo efetivo de Técnico II, símbolo MPTE-202, e Mayara Vaz Cardeal Lima, ocupante do cargo em comissão de Assessor Jurídico, símbolo MPAS-206, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para, sem prejuízo de suas funções, prestarem serviços na 75ª Promotoria de Justiça de Campo Grande, no período de 8 a 19.1.2018.

NILZA GOMES DA SILVA
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

ESCOLA SUPERIOR

EDITAL N.º 006/PJB/2018

O Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, por intermédio da Promotoria de Justiça da Comarca de Batayporã-MS, torna pública a CONVOCAÇÃO da candidata Brenda de Almeida Lobo Ruiz, referente ao Processo de Seleção de Estagiários de Direito do Ministério Público Estadual, objeto do Edital nº 001/2017, em que deverá manifestar-se, apresentando-se na Promotoria de Justiça de Batayporã, no prazo de 02 (dois) dias úteis, para formalizar manifestação quanto ao interesse no exercício do estágio, desistência ou transposição para o final de lista, se for o caso, sob pena de eliminação do Processo de Seleção.

Batayporã/MS, 16 de janeiro de 2018.

BIANKA MACHADO ARRUDA MENDES
Promotora de Justiça

EDITAL Nº 07/PJAC/2018

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, por intermédio da PROMOTORIA DE JUSTIÇA da Comarca de Água Clara, nos termos da Resolução nº 015/2010-PGJ, de 27.7.2010, publicada no DJ. Nº

2.247, de 30.7.2010, c.c as disposições dos artigos 43 e 44 da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994, modificado pela Lei Estadual nº 133, de 15 de abril de 2009, CONVOCA a candidata ELIANE FERNANDES DE MEL, aprovada em 3º lugar no Processo Seletivo Simplificado para Estagiário, referente ao Edital 01/2016, homologado por meio do Aviso n. 010/CEAF-2016 de 13.04.2016, publicado no DOMP n. 1260, de 15 de abril de 2016, para a apresentação da documentação especificada em anexo (Art. 31, § 1º da Resolução nº 015/2010-PGJ, de 27.7.2010), no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da publicação oficial deste.

DOCUMENTOS PARA CONTRATAÇÃO

(Art. 31, § 1º da Resolução nº 015/2010-PGJ, de 27.7.2010).

- I - fotocópia legível da cédula de identidade e do CPF;
- II – declaração ou certidão de matrícula atualizada, emitida pela instituição de ensino, que informe o ano letivo/período do estagiário/semestre o número de dependências de disciplinas e data prevista de conclusão do curso;
- III - atestado médico que comprove a aptidão clínica necessária à realização das atividades do estágio, por meio de anamnese e exame físico;
- IV - certidão de inexistência de antecedentes criminais;
- V - declaração pessoal de ausência dos impedimentos previstos no art. 42 da Resolução nº 015/2010-PGJ.
- VI – declaração pessoal do não exercício da advocacia pública ou privada e de estágio em qualquer outro órgão público ou privado;
- VII - atestado de exame ABO-RH;
- VIII- número da agência e da conta corrente no Banco do Brasil;
- IX - 02 fotografias coloridas, 3x4 recentes e 01 fotografia 2x2;
- X- Ficha de Cadastro (disponível no site do CEAF) digitalizada em todos os campos e assinada.

Água Clara, 10 de janeiro de 2018.

PAULO HENRIQUE MENDONCA DE FREITAS

Promotor de Justiça Substituto

EDITAL Nº 007/2017 - PJGD

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, por intermédio da PROMOTORIA DE JUSTIÇA da Comarca de Glória de Dourados, nos termos da Resolução nº 015/2010-PGJ, de 27.7.2010, publicada no DJ. Nº 2.247, de 30.7.2010, c.c as disposições dos artigos 43 e 44 da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994, modificado pela Lei Estadual nº 133, de 15 de abril de 2009, no uso de suas atribuições legais, CONVOCA o candidato Danilo Alencar Azevedo Santos, aprovado no 2º lugar no Processo Seletivo Simplificado para Estágio de Direito (edital nº 005/2017-PJGD, publicado no DOMP nº 1611 de 24.10.2017), para a apresentação da documentação especificada em anexo (Art. 31, § 1º da Resolução n.º 015/2010-PGJ, de 27.7.2010), no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da publicação oficial deste.

Glória de Dourados/MS, 11 de janeiro de 2018

ANDRÉA DE SOUZA RESENDE

Promotora de Justiça

Art. 31, § 1º da Resolução nº 015/2010-PGJ, de 27.7.2010.

DOCUMENTOS PARA CONTRATAÇÃO

- I - fotocópia legível da cédula de identidade e do CPF;
- II – declaração ou certidão de matrícula atualizada, emitida pela instituição de ensino, que informe o ano letivo/período do estagiário/semestre o número de dependências de disciplinas e data prevista de conclusão do curso;
- III - atestado médico que comprove a aptidão clínica necessária à realização das atividades do estágio, por meio de anamnese e exame físico;
- IV - certidão de inexistência de antecedentes criminais;
- V - declaração pessoal de ausência dos impedimentos previstos no art. 42 da Resolução nº 015/2010-PGJ.

- VI – declaração pessoal de não exercício da advocacia pública ou privada e de estágio em qualquer outro órgão público ou privado;
- VII - atestado de exame ABO-RH;
- VIII- número da agência e da conta corrente no Banco do Brasil;
- IX - 02 fotografias coloridas, 3x4 recentes;
- X- Ficha de Cadastro (disponível no site do CEAF) digitalizada em todos os campos e assinada.

EDITAIS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA

COMARCAS DE ENTRÂNCIA ESPECIAL

CORUMBÁ

EDITAL Nº 0001/2018/02PJ/CBA

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Corumbá/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua América, nº 1.880, Bairro Dom Bosco.

Inquérito Civil nº 06.2017.00002395-9.

Representante: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Representado: Lídia Christian Massi de Brito e Artur Riso de Brito

Assunto: Conhecer das circunstâncias da autuação objeto do AI nº 001924/2017, por atividade no imóvel rural "Fazenda Todos os Santos", pertencente a Lídia Christian Massi de Brito e Artur Riso de Brito, bem como buscar as providências que se fizerem necessárias.

Corumbá/MS, 11 de janeiro de 2018.

ANA RACHEL BORGES DE FIGUEIREDO NINA

Promotora de Justiça

EDITAL Nº 0002/2018/02PJ/CBA

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Corumbá/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua América, nº 1.880, Bairro Dom Bosco.

Inquérito Civil nº 06.2017.00002392-6.

Representante: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Representado: Lidia Christian Massi de Brito, Artur Riso de Brito

Assunto: Apurar a regularidade da supressão de 30 hectares de mata nativa ("Diversas espécies"), Coordenadas Geográficas S 20°08'26,112" W 57°20'33,093" / S 20°9'39,79" W 57°22'14,413", no imóvel rural "Fazenda Todos os Santos", pertencente a Lídia Christian Massi de Brito e Artur Riso de Brito, à vista da Autorização Ambiental (Comunicado) nº 625/2015, em especial quanto à constatação como área anteriormente convertida para o uso alternativo do solo e/ou inserida em Bioma Mata Atlântica".

Corumbá/MS, 11 de janeiro de 2018.

ANA RACHEL BORGES DE FIGUEIREDO NINA

Promotora de Justiça

EDITAL Nº 0003/2018/02PJ/CBA

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Corumbá/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua América, nº 1.880, Bairro Dom Bosco.

Inquérito Civil nº 06.2017.00002390-4.

Representante: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Representado: Lidia Christian Massi de Brito, Artur Risso de Brito

Assunto: Apurar a regularidade da supressão de 50 hectares de mata nativa ("Carandá"), Coordenadas Geográficas S 20°08'26,112" W 57°20'33,093" / S 20°9'39,79" W 57°22'14,413", no imóvel rural "Fazenda São Bento do Nabileque", pertencente a Lídia Christian Massi de Brito e Artur Risso de Brito, à vista da Autorização Ambiental (Comunicado) nº 1069/2016, em especial quanto à constatação como área anteriormente convertida para o uso alternativo do solo e/ou inserida em Bioma Mata Atlântica.

Corumbá/MS, 11 de janeiro de 2018.

ANA RACHEL BORGES DE FIGUEIREDO NINA

Promotora de Justiça

DOURADOS

NOTICIA DE FATO N. 01.2017.00010882-2

Requerente: Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente

Requerido: Município de Dourados/MS.

Objeto: Registrar notícia indicativa de retrocesso ambiental consistente na proposta de lei que diminui o recuo de preservação das zonas de interesse ambiental do município de Dourados/MS.

RECOMENDAÇÃO n. 0002/2017/11PJ/DOS

O Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, por seu 11º Promotor de Justiça da Comarca de Dourados, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso das atribuições conferidas pelo artigo 29, inciso IV, da Lei Complementar Estadual nº 72, de 18 de janeiro de 1994, e pelo artigo 44 da Resolução 15/2007/PGJ de 27 de novembro de 2007;

Considerando que a Resolução 015/2007/PGJ dispõe em seu artigo 5º que *“a recomendação é instrumento destinado à orientação de órgãos públicos ou privados, para que sejam cumpridas normas relativas a direitos e deveres assegurados ou decorrentes das Constituições Federal e Estadual e serviços de relevância pública e social”*;

Considerando que, o art. 44 da referida norma ainda estabelece que *“O órgão de execução, nos autos do inquérito civil ou do procedimento preparatório poderá expedir recomendações devidamente fundamentadas, visando à melhoria dos serviços públicos e de relevância pública, bem como aos demais interesses, direitos e bens cuja defesa lhe caiba promover”*;

Considerando que o Ministério Público é *“instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis”* (Constituição Federal, artigo 127, *caput*), sendo-lhe dada legitimação ativa para a defesa judicial e extrajudicial dos direitos difusos nos termos do artigo 129, inciso III da Constituição Federal c/c. artigo 81, parágrafo único, incisos I a III, da Lei n. 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), sendo, ainda, sua função institucional zelar pelo efetivo respeito ao meio ambiente e proteção à coletividade (art. 1º, incisos I e IV, Lei n. 7.347/85);

Considerando que a República Federativa do Brasil tem como princípios da ordem econômica a função social ambiental da propriedade e a defesa do meio ambiente, dentre outros, nos termos do art. 170, incs. III e VI, da Constituição Federal;

Considerando que é direito de todos o acesso a um ambiente ecologicamente equilibrado, sendo este um bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, cabendo ao Poder Público e à coletividade defendê-lo e preservá-lo, nos moldes do art. 225 da Carta Magna;

Considerando que, dentre os princípios que regem a matéria dedicada à proteção ambiental, destaca-se o princípio da vedação ao retrocesso ambiental;

Considerando que a proibição do retrocesso em matéria ambiental vem exatamente no sentido de garantir que no evoluir do tempo e da edição de novas normas e de sua aplicação, também se mantenha o piso de garantias constitucionalmente postas ou se avance na proteção do meio ambiente;

Considerando que, para a doutrina, o princípio da proibição ao retrocesso ambiental seria uma arma para impugnar alterações introduzidas na legislação que, a seu juízo, venham a estabelecer um padrão de proteção ambiental manifestamente inferior ao anteriormente existente (MILLARE, Edis, Direito do Ambiente. 10ª Ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015. p. 277).

Considerando que, no bojo da notícia de fato em epígrafe, constatou-se que o Município de Dourados propôs ao legislativo municipal o Projeto de Lei Complementar n. 15, de 21 de novembro de 2017, para alterar dispositivos da Lei Complementar n. 205/2012, que dispõe sobre o Zoneamento, Uso e Ocupação do Solo e do Sistema Viário do Município de Dourados/MS;

Considerando que, o Projeto de Lei sob comento visa a alterar a redação do § 1º do art. 12 da LUOS, que atualmente dispõe: "*§ 1º. Todas as edificações em Zonas Especiais de Interesse Ambientais Urbanas (ZEIA- Urbana), demonstradas no ANEXO VII da Lei Complementar nº 072, de 30 de dezembro de 2003, deverão encontrar-se distantes 50m (cinquenta metros) das áreas alagáveis naturais, sejam estas mananciais com característica hídrica de nascente, afloramentos, leitos de córregos ou rios.*"

Considerando que, com a alteração sugerida a norma passaria a vigorar com a seguinte redação: "*§ 1º Todas as edificações em Zonas Especiais de Interesse Ambiental Urbana (ZEIA – Urbana), demonstradas no ANEXO VII da Lei Complementar n. 072, de 30 de dezembro de 2003, deverão encontrar-se distantes 50 m (cinquenta metros) das áreas alagáveis naturais, sejam estas mananciais com característica hídrica de nascente, afloramentos, leitos de córregos ou rios. Poderá ser autorizada, após análise e aprovação do órgão ambiental competente, a execução de via parque dentro da faixa dos 50 metros, no limite máximo de 20 metros, mediante aprovação e execução de projeto que contemple a implementação de passeio acessível, ciclovia e cercamento do tipo gradil metálico, alambrado ou similar, com altura mínima de 1,80 m (um metro e oitenta centímetros) até a altura máxima de 3,00 m (três metros) junto as áreas verdes.*"

Considerando que se constata evidente retrocesso ambiental, uma vez que será permitida a intervenção dentro da faixa de 50 metros antes protegida, para abertura de vias, ciclovias e passeio públicos, reduzindo-se a preservação para apenas 20 metros.

Considerando que tal estipulação pode culminar em desrespeito aos recuos mínimos estabelecidos pela legislação federal, uma vez que o art. 4º do Código Florestal determina que as áreas no entorno das nascentes e dos olhos d'água perenes, bem como as faixas marginais de veredas, a partir do espaço permanentemente brejoso e encharcado deverão contar com faixa de preservação em projeção horizontal, com largura mínima de 50 (cinquenta) metros, conforme previsão dos incisos IV e XI do Diploma Ambiental;

Considerando, então, que a aprovação de execução de via parque, dentro da faixa de 50 metros, respeitado apenas o recuo de 20 metros, pode implicar em intervenção indevida em Área de Preservação Permanente de nascentes, ou leitos de córregos, rios, ou outros recursos hídricos previstos no art. 4º do *Codex* mencionado;

Considerando, por fim, que há informação de ausência de consulta ao Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente - COMDAM para elaboração do Projeto de Lei questionado, em ofensa ao que determina o art. 14, § 1º da Lei Complementar 055/2002 – Política Municipal do Meio Ambiente;

Considerando que, por força da legislação adrede mencionada, o COMDAM - órgão de caráter consultivo, normativo e deliberativo (art. 150, I) – manifestar-se-á sobre a definição, implantação criação e controle das Áreas de Proteção aos Mananciais;

Considerando que, assim agindo, os agentes públicos do Executivo Municipal, autores do Projeto de Lei atacado, bem como os agentes públicos do Legislativo que, eventualmente, derem andamento ao processo legislativo de aprovação da lei sem observância das irregularidades noticiadas praticam condutas que ofendem ao princípio constitucional da legalidade;

Considerando estar sedimentado na doutrina e jurisprudência nacionais que o princípio da legalidade na seara administrativa *“implica subordinação completa do administrador à lei. Todos os agentes públicos, desde o que lhe ocupe a cúspide até o mais modesto deles, devem ser instrumentos de fiel e dócil realização das finalidades normativas”*¹;

Considerando, ainda, que nos termos do que dispõe o artigo 11, inciso I, da Lei n. 8429/92, *“Art. 11. Constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública qualquer ação ou omissão que viole os deveres de honestidade, imparcialidade, legalidade, e lealdade às instituições, e notadamente: I - praticar ato visando fim proibido em lei ou regulamento ou diverso daquele previsto, na regra de competência; [...]”*

Considerando que a constatação de irregularidades no Projeto de Lei Complementar n. 15/2017 justifica a retirada da propositura do mesmo por parte do Executivo, bem como a não colocação em pauta para votação nas sessões legislativas;

Considerando a necessidade de maior discussão da matéria, com submissão do assunto às deliberações do COMDAM, bem como garantia de respeito às normas do Código Florestal, vedando-se aprovação de lei que configure retrocesso ambiental;

RESOLVE, em defesa do meio ambiente e da ordem urbanística e em observância ao princípio da legalidade e da proibição de retrocesso ambiental, com objetivo de evitar eventuais demandas judiciais para a responsabilização das autoridades competentes, RECOMENDAR:

1) à PREFEITA MUNICIPAL DE DOURADOS que:

1.1) retire a propositura do Projeto de Lei Complementar n. 15/2017, que altera dispositivo da Lei de Uso e Ocupação do Solo, em desacordo com o princípio da legalidade e da proibição de retrocesso em matéria ambiental;

1.2) submeta a proposta de lei complementar à apreciação do COMDAM, nos termos do que determina a Lei Complementar 055/2002, a fim de garantir a correta análise e respeito às normas de proteção do meio ambiente, tais como respeito às faixas mínimas de preservação ambiental previstas pela Legislação Federal.

2) à PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE DOURADOS que não coloque em pauta a votação do Projeto de Lei Complementar n. 15, de 21 de novembro de 2017, proposto pelo Executivo Municipal, ara alteração de dispositivo da Lei de Uso e Ocupação do Solo, sem consulta ao COMDAM e em desacordo com o princípio da legalidade e da proibição de retrocesso em matéria ambiental;

A ausência de observância das medidas enunciadas impulsionará o Ministério Público Estadual a adotar as providências judiciais e extrajudiciais pertinentes para garantir a prevalência das normas de proteção ao meio ambiente e à ordem urbanística, de que trata esta RECOMENDAÇÃO.

A presente RECOMENDAÇÃO não exclui a irrestrita necessidade de plena observância de todas as normas constitucionais e infraconstitucionais em vigor.

O Ministério Público Estadual deverá ser comunicado, no prazo de 10 (dez) dias a contar do recebimento da presente, se a RECOMENDAÇÃO será acolhida pelas autoridades, sob pena de, não adotando as providências recomendadas, serem tomadas as medidas cabíveis em desfavor dos responsáveis.

Encaminhem-se cópias desta Recomendação ao Centro de Apoio das Promotorias de Justiça do Meio Ambiente, e também, para publicação no DOMP/MS.

Por fim, em atenção ao disposto no parágrafo único do artigo 45 da Resolução n. 15/2007/PJ, determino ao Executivo Municipal a divulgação adequada e imediata desta Recomendação no Diário Oficial do Município.

Dourados/MS, 19 de dezembro de 2017.

AMÍLCAR ARAÚJO CARNEIRO JÚNIOR
Promotor de Justiça

¹ Celso Antônio Bandeira de Melo, RDP nº 90, p. 57-58.

COMARCAS DE SEGUNDA ENTRÂNCIA

BONITO

NÚMERO DO MP: 06.2018.00000095-9**RECOMENDAÇÃO 0001/2018/01PJ/BTO**

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, neste ato representado pelo órgão de execução que esta subscreve, no exercício das atribuições previstas nos artigos 127, “*caput*” e 129, inciso II, ambos da Constituição Federal, bem como no artigo 27, da Lei n.º 8.625/93 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público), e,

Considerando que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, nos termos do artigo 127, “*caput*”, da Constituição Federal;

Considerando que a recomendação “constitui um instrumento poderoso para conformação e adequação de condutas de agentes políticos e administradores públicos, consistindo numa espécie de notificação e alerta sinalizador da necessidade de que providências sejam tomadas, sob pena de consequências e adoção de outras medidas e expedientes repressivos por parte do Ministério Público”, viabilizando, dessa maneira, a demonstração de dolo para eventual ajuizamento de ação civil pública por ato de improbidade administrativa, sem prejuízo de ação própria para anulação do ato ilegal praticado;

Considerando a instauração no âmbito desta Promotoria de Justiça do Procedimento Preparatório 06.2018.00000095-0 para apurar dispensa indevida de licitação para contratação da banca FAPEC para realização de concurso de provas e títulos para provimento de cargos na Câmara Municipal de Bonito;

Considerando que referida contratação utilizou-se de dispensa de licitação, sendo que a Presidente da Câmara, em parecer, afirmou que seria legal a contratação direta em decorrência do artigo 24, XIII da Lei 8.666/93 que assim dispõe: *XIII - na contratação de instituição brasileira incumbida regimental ou estatutariamente da pesquisa, do ensino ou do desenvolvimento institucional, ou de instituição dedicada à recuperação social do preso, desde que a contratada detenha inquestionável reputação ético-profissional e não tenha fins lucrativos; (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)*

Considerando que, embora vigente, válido e eficaz, tal artigo não se aplica à situação fática em questão, uma vez que a contratação de servidores públicos não é atividade de (a) pesquisa, nem de (b) ensino ou (c) desenvolvimento institucional, mas apenas: “*adaptação administrativa (exigência legal, condição *ex-ante* da nomeação em cargo/emprego público) do que para um desenvolvimento institucional, podendo aquele ser inclusive uma ação a ser implementada em função do resultado de um processo de desenvolvimento de uma instituição.*”²

Considerando ainda que o valor da contratação supera o considerado razoável com seus R\$ 185.000,00 (cento e oitenta e cinco mil reais) inclusive porque esta Câmara rescindiu no ano de 2017 um contrato para a realização de concurso público com a empresa Vale Consultoria e Assessoria Ltda ME (contrato 12/2016) que lhe custaria menos de 50% do valor deste atual contrato – mais precisamente R\$ 54.950,00 (cinquenta e quatro mil novecentos e cinquenta reais) – é de constar também que o Município está sendo processado por essa rescisão contratual (0800831-28.2017.8.12.0028);

Considerando que apesar dessa diferença de valor, a Presidente da Câmara fez constar da Justificativa da dispensa de licitação em seu item 1.6 o seguinte parágrafo (fls. 09 do procedimento de licitação): “*Em relação aos preços, verifica-se que os mesmos estão compatíveis com a realidade do mercado em se tratando de serviços similares, podendo a Administração adquiri-los sem qualquer afronta à lei de regência dos certames licitatórios;*”

Considerando também que além de mais caro, o atual contrato visa a prover menos cargos que o anterior que foi rescindido, uma vez que este destina-se a menos de 10 vagas e aquele a 15;

² LIMA, Emilio Bandeira. A impossibilidade legal da contratação de instituição brasileira para a realização de concurso público com fundamento no art. 24, XXIII, da Lei Geral de Licitação e Contratos Administrativos. Revista Jus Navigandi, ISSN 1518-4862, Teresina, ano 16, n. 3101, 28 dez. 2011. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/20735>>. Acesso em: 14 jan. 2018

Considerando que a dispensa indevida de licitação também é ato de improbidade administrativa: *Art. 10 - Constitui ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário qualquer ação ou omissão, dolosa ou culposa, que enseje perda patrimonial, desvio, apropriação, malbaratamento ou dilapidação dos bens ou haveres das entidades referidas no art. 1.º desta Lei, e notadamente: VIII - frustrar a licitude de processo licitatório ou de processo seletivo para celebração de parcerias com entidades sem fins lucrativos, ou dispensá-los indevidamente;* bem como também reputado ilícito pelo Tribunal de Contas de União:

Resolve, com fundamento no artigo 27, parágrafo único, inciso IV, da Lei nº 8.625/1993 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público), artigo 29, inciso IV, da Lei Complementar Estadual nº 72/1994 (Lei Orgânica do Ministério Público de Mato Grosso do Sul), artigo 26, inciso XX, da Lei Complementar nº 75/1993 (Lei Orgânica do Ministério Público da União), artigo 44 da Resolução n.º 15/2007, da Procuradoria-Geral de Justiça de Mato Grosso do Sul, e artigo 15 da Resolução n.º 023/2007, do Conselho Nacional do Ministério Público, RECOMENDAR, à Presidente da Câmara Municipal de Bonito/MS que:

Rescinda prontamente o contrato 10/2017 celebrado entre a com a Fundação de Apoio à Pesquisa, ao Ensino e à Cultura (FAPEC) e, caso mantenha o interesse em contratar banca para realização de concurso público, faça mediante licitação prévia.

Para melhor conhecimento e divulgação, determino a remessa de cópias da presente recomendação:

- a) Ao Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça de Defesa do Patrimônio Público e Social;
- b) à imprensa do MPE/MS para publicação no DOMP;

A presente recomendação dá ciência e constitui em mora o destinatário quanto às providências indicadas, ensejando a omissão quanto à adoção das medidas recomendadas no manejo de medidas administrativas e ações judiciais cabíveis contra o inerte.

Fixo o prazo de 20 dias para resposta acerca do acatamento da presente recomendação requisitando, desde já, em caso positivo, que encaminhe documentos que demonstrem tal desiderato.

Bonito/MS, 15 de janeiro de 2018

JOÃO MENEZES GIRELLI
Promotor de Justiça

CAMAPUÃ

EDITAL N. 001/2018/1ªPJC

A Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público, das Fundações e Entidades de Interesse Social da Comarca de Camapuã /MS torna pública a instauração do Inquérito Civil SAJMP-MS n. 06.2017.00002389-2, que se encontra à disposição na Rua Ferreira da Cunha, n. 472, Vila Diamantina, CEP 79.420-000, telefone: (67) 3286-1728, onde poderá ser examinado.

Inquérito Civil: 06.2017.00002389-2.

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Camapuã-MS, Everaldo Escobar Amorim-ME.

Assunto: “Apurar a ocorrência de improbidade administrativa decorrente dos pagamentos na importância de R\$ 25.800,00 realizados pelo Município de Camapuã para a empresa Everaldo Escobar Amorim-ME em desconformidade com o procedimento licitatório”.

Camapuã/MS, 15 de janeiro de 2018.

MICHEL MAESANO MANCUELHO
Promotor de Justiça Substituto

CHAPADÃO DO SUL

EDITAL Nº 01/1ª PJ/2018

A Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da Comarca de Chapadão do Sul-MS torna pública a instauração de Procedimento Preparatório, que se encontra à disposição na Avenida Mato Grosso do Sul, n. 435, Bairro Parque União, neste Município.

Procedimento Preparatório nº 06.2018.00000079-2

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: Município de Chapadão do Sul.

Assunto: Apurar eventuais atos de improbidade administrativa oriundas de suposta fraude do processo licitatório nº 15/2017 (inexigibilidade), o qual resultou no contrato administrativo nº 738/2017, celebrado pelo município de Chapadão do Sul/MS.

Chapadão do Sul/MS, 15 de janeiro de 2018.

MATHEUS MACEDO CARTAPATTI

Promotor de Justiça

IGUATEMI

EDITAL Nº 005/2018

Republicação por incorreção

A Promotoria de Justiça da Comarca de Iguatemi-MS torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Av. Waloszek Konrad, n. 1.276, Centro.

Inquérito Civil n. 06.2018.00000075-9

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Cláudia Álvares Monteiro

Assunto: Apurar a ocorrência de dano ambiental na Fazenda Petiry, quinhões 05 e 06, em Iguatemi, e viabilizar sua integral reparação.

Iguatemi/MS, 12 de janeiro de 2018.

THIAGO BARBOSA DA SILVA

Promotor de Justiça.

EDITAL Nº 006/2018

A Promotoria de Justiça da Comarca de Iguatemi-MS torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Av. Waloszek Konrad, n. 1.276, Centro.

Inquérito Civil n. 06.2018.00000096-0

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Vilson Roberto Berticelli

Assunto: Apurar a ocorrência de dano ambiental na Fazenda Figueira, em Tacuru, e viabilizar sua integral reparação.

Iguatemi/MS, 15 de janeiro de 2018.

THIAGO BARBOSA DA SILVA

Promotor de Justiça

EDITAL Nº 007/2018

A Promotoria de Justiça da Comarca de Iguatemi-MS torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Av. Waloszek Konrad, n. 1.276, Centro.

Inquérito Civil n. 06.2017.00001773-5

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Ilza Jandira Andreis

Assunto: Apurar a ocorrência de dano ambiental na Fazenda Maria Luiza, em Iguatemi-MS, e viabilizar sua integral reparação.

Iguatemi/MS, 16 de janeiro de 2018.

THIAGO BARBOSA DA SILVA

Promotor de Justiça